

□ Tempo de leitura: 10 min.

«Corajoso, obediente, bom cidadão e magnânimo», tais eram, segundo Francisco de Sales, algumas das qualidades do homem preocupado com o bem público. A coragem, explicava ele, me faz «empreender pela razão as coisas perigosas»; a obediência é devida «ao príncipe a quem sirvo»; a magnanimidade consiste «na grandeza desta ação» que se empreende em vista do bem comum. Enfim, para ser «bom cidadão», é preciso ter «o amor pelo público» e «a afeição por sua pátria». Mesmo que a palavra *cidadão* ainda designasse, sob o antigo regime, apenas o habitante de uma cidade, vê-se que a expressão «bom cidadão» estava ligada ao «amor pelo público».

Amar e servir o seu país

O bom cidadão ama seu país, o que significa que ele o prefere a qualquer outro «em afeição», mas não necessariamente «em estima», pois nada impede que se possa reconhecer o valor, ou até a superioridade dos outros, um pouco como acontece no casamento:

As mulheres devem preferir seus maridos a qualquer outro, não em honra, mas em afeição; assim, cada um prefere seu país em amor e não em estima, e cada timoneiro ama mais o navio em que navega do que os outros, ainda que mais ricos e mais bem equipados.

O apego aos seus, à sua família, ao seu país, aos seus amigos, às suas «ovelhas», transformava-se em nostalgia quando ele estava longe. Foi assim que, em 1618, no início de sua última estadia em Paris, ele escreveu a uma de suas correspondentes: «Estou aqui até a Páscoa; e acredite, minha caríssima filha, já que é preciso, estou aqui de bom grado, mas com um coração que se alegraria imensamente em estar entre nossas pequenezas e em meu país».

O amor ao país se confundia, então, com a obediência ao príncipe e com o serviço que lhe era devido. O aprendizado da fidelidade ao soberano e do serviço ao Estado fazia parte da educação. Tendo conseguido que um de seus sobrinhos fosse admitido como pajem na corte de Turim, ele considerava que esse favor permitiria ao rapaz «aprender em sua infância os primeiros elementos deste serviço ao qual seu nascimento o obriga a dedicar toda a sua vida».

Mesmo como bispo, Francisco de Sales se comportava como um súdito fiel, leal e devotado à casa de Saboia. Quando entrevia perigos, alertava o duque; aconselhava-lhe uma aliança quando a julgava «extremamente útil aos negócios»

de seu mestre. Quando soube que o duque de Nemours conspirava contra o duque de Saboia, absteve-se prudentemente de frequentá-lo, citando o «velho ensinamento»: «O lugar de um bispo é em seu redil e não na corte», e terminando com esta brilhante comparação: «Não queimo minhas asas nesta chama». Quando a Saboia estava em perigo, ele lhe suplicava insistentemente que trouxesse sua coragem «à defesa deste sangue, desta casa, desta coroa, deste Estado». No entanto, se Francisco de Sales é um servidor fiel, não é um cortesão adulador e interesseiro. Há, de fato, muitas maneiras de servir ao príncipe:

Aqueles que servem aos príncipes por interesse geralmente prestam serviços mais solícitos, mais ardentes e sensíveis; mas aqueles que servem por amor os prestam mais nobres, mais generosos e, consequentemente, mais estimáveis.

Seja como for, Francisco de Sales defendia a obediência como a primeira virtude cívica, certamente porque a considerava «uma virtude moral que depende da justiça». Ele a recomendava a Filoteia: «Você deve obedecer a seus superiores políticos, isto é, a seu príncipe e aos magistrados que ele estabeleceu sobre seu país». Até o fim de sua vida, Francisco de Sales demonstrou senso cívico. Foi por obediência ao duque que ele empreendeu, apesar de seu estado de saúde, a última viagem, que o levou a Avignon e a Lião, onde morreu.

Superar certas barreiras sociais

A sociedade em que vivia Francisco de Sales era composta por camadas muito diversificadas e, além disso, separadas por barreiras. Havia «os eclesiásticos, os nobres, os de toga longa e o populacho ou terceiro estado». Quando algo ia mal, cada um jogava a responsabilidade nos outros, dizia ele em um sermão: o povo acusa a nobreza, a nobreza incrimina os «ministros da justiça», estes denunciam os soldados, os soldados jogam a culpa nos capitães, os capitães denigrem os príncipes. Em conclusão, «não é permitido falar mal de ninguém, sem perigo, neste tempo em que estamos, senão da Igreja, da qual cada um é censor, cada um a critica». A conclusão é óbvia: que cada um se examine e assuma suas responsabilidades.

Se a divisão dos cidadãos é um mal que pode produzir o pior, a união faz a força, como diz o provérbio. «As sedições e perturbações internas de uma república a arruínam completamente e a impedem de resistir ao estrangeiro». Quando havia «dissensões e variedades de concepções», ele lembrava com firmeza que «a união e o laço dos espíritos» é «necessária a toda boa empreitada». Em certos casos, o «bem da cidade» exigia que alguns renunciassem à «sua opinião particular» e que

se decidisse a «retomar de novo o consentimento do geral, para opô-lo ao julgamento dos particulares».

Mesmo às religiosas da Visitação era preciso lembrar o princípio da igualdade das pessoas e denunciar, se necessário, esta grande miséria das honras: «Superestima-se acima dos outros e depois se chega a dizer: sou de tal casa e aquela de outra». Um dia, ele lhes contou a história da filha de um marechal, que não conseguia se resolver a chamar de «irmã» outra religiosa que era de origem humilde. Era preciso, segundo ele, despojar-se «do desejo de ser estimado por sua origem nobre ou se julgar melhor que os outros». Ele até exclamou:

Oh! somos todos iguais, pois somos todos filhos do mesmo pai e da mesma mãe, de Adão e Eva; é, portanto, uma grande loucura glorificar-se por causa da própria linhagem.

Quando a justiça é lesada

Um bom cidadão se caracteriza por seu senso de justiça. Infelizmente, as ocasiões para denunciar as injustiças não faltam. Francisco de Sales se empenhava nisso frequentemente no púlpito. Foi assim que, em seu ímpeto de jovem pregador, ele atacou um dia, sucessivamente, diversas categorias de fraudadores: o artesão, «que vende sua mercadoria por um preço excessivo»; o róbula, «que por uma ninharia mantém um processo que arruína a alma, o corpo e a casa de duas partes miseráveis»; o juiz, pouco apressado em fazer justiça e «que a faz tão longa, se desculpa com dez mil razões de costume, de estilo, de teoria, de prática e de cautela»; o usurário, que se engana a si mesmo fazendo a Escritura mentir; os padres, que se lisonjeiam com dispensas para servir a dois senhores; e as damas, que se comprazem em ser cortejadas «desculpando-se de que não fazem atos contrários à sua honra». As práticas comerciais, pensava ele, raramente ocorrem sem engano, o que o fazia dizer que «os compradores e os vendedores são geralmente ladrões, se não forem tementes e não tiverem grande cuidado em vigiar seu coração».

Em certas circunstâncias particulares, o bispo sabia muito bem que as boas palavras e as esmolas não bastavam; ele então considerava seu dever intervir diretamente junto às autoridades competentes para defender os direitos das pessoas ameaçadas. Pois «não se deve apenas dispor-se a não negligenciar o inocente», escrevia ele, «mas é preciso unir-se a ele para a defesa de sua causa». Em período de fome, ele atacava as «damas que matam ovelhas para alimentar um cãozinho covarde e manhoso». Durante os conflitos armados, ele solicitava para seu «pobre bom povo» a isenção dos encargos de guerra e pedia a proteção e as

esmolas do rei sobre os católicos do país de Gex. A lei evangélica exclui toda guerra, lembra Francisco de Sales, que acrescentava: «contudo, a guerra é permitida por causa da malícia dos homens: pode-se repelir a força com a força». O pior são as pessoas que se aproveitam disso, «que com isso se enriquecem e engordam».

A justiça parece muitas vezes um desafio neste mundo, sempre instável, que oscila sem cessar entre o inferno e o paraíso. Se para os cristãos essas duas realidades fazem parte do além, encontram-se, contudo, imagens sugestivas delas aqui na terra.

Quando alguém vive em «uma república calamitosa, tiranizada» por um «rei maldito», é o inferno; os habitantes ali «sofrem tormentos indizíveis»; os olhos veem «a horrível visão dos demônios e do inferno»; os ouvidos nunca ouvem senão «choros, lamentações e desesperos».

O paraíso, ao contrário, é uma «cidade feliz», onde todos vivem «na consolação de uma sociedade feliz e indissolúvel». Como é bom considerar «a nobreza, a beleza e a multidão dos cidadãos e habitantes deste feliz país»! E Francisco de Sales exclamava: «Oh! que lugar desejável e amável, que cidade preciosa!» ou ainda: «Oh! que companhia feliz!»

Naturalmente, a cidade ideal não existe na terra, mas isso não é razão para não trabalhar para torná-la um pouco menos indigna de tal modelo. Justiça e paz são os bens que a sociedade civil e a «república cristã» reclamam. Ora, «é preciso ceder à necessidade do próximo», quando este os reclama com toda razão.

«A república depende da religião» e «a religião depende da república»

Homem da Igreja acima de tudo, Francisco de Sales queria ser alheio aos assuntos diretamente políticos. Em um tempo de controvérsias com os protestantes, onde os católicos e até mesmo muitos religiosos eram inclinados à política e às soluções políticas, ele distingua claramente os domínios, admitindo uma certa forma de autonomia do temporal. Ele escrevia ao governador da Saboia:

Quanto a mim, protesto que ignoro os assuntos de Estado, e quero ignorá-los a tal ponto que não estejam nem em meu pensamento, nem em meu cuidado, nem em minha boca, a não ser que se apresente alguma ocasião de testemunhar a Sua Alteza que sou seu apaixonado e fiel súdito.

O bispo queria, antes de tudo, formar bons ministros de Deus. Para ele, o padre não devia se meter em questões temporais e políticas. Ele fará a mesma recomendação ao futuro cardeal Richelieu, que encontrou em Tours em 1619, quando ainda era

apenas bispo de Luçon, mas já secretário de Estado. Ele escreverá à madre de Chantal:

Aprendi a conhecer muitos prelados, e particularmente o Sr. bispo de Luçon, que me jurou toda amizade e me disse que enfim se juntaria ao meu partido, para não pensar mais senão em Deus e na salvação das almas.

O futuro mostrará que essas boas intenções não durarão, ou pelo menos que o cardeal as interpretará à sua maneira.

Seria preciso, por isso, desinteressar-se da felicidade temporal de seus compatriotas? «Quem não ama muito a coisa pública, não se preocupa muito se ela se arruína», escreve ele no Tratado do Amor de Deus. A política, aliás, não é estranha à religião e à consciência. Contrariamente ao ministro protestante que queria separar os dois domínios, sob o pretexto de que a honra é devida apenas a Deus, o autor da *Defesa do Estandarte da Santa Cruz* replicava «que é cortar demais da honra devida a Deus tirar dela o civil e o político».

Francisco de Sales não era, portanto, tentado a eliminar a religião da vida pública. Embora admitindo uma certa laicidade do Estado, ou pelo menos uma diversificação das tarefas civil e religiosa, ele pensava que os príncipes tinham interesse em refletir sobre as vantagens da religião. Por sua vez, a Igreja não hesitava em «implorar» o socorro do «braço secular», especialmente quando o catolicismo estava ameaçado ou a moralidade estava em perigo.

Segundo São Francisco de Sales, «a república depende da religião como o corpo da alma; e a religião depende da república como a alma do corpo». União e distinção eram os dois princípios que governavam, segundo ele, as relações entre a Igreja e o Estado. A ideia de separação não entrava nesse esquema, cujo modelo estava nas relações do corpo e da alma. A desgraça era que a política se servia da religião e que o poder espiritual estava como que submetido ao poder temporal do príncipe. O bispo de Genebra se queixava disso a seu amigo, o bispo de Belley:

Que abjeção que tenhamos a espada espiritual na mão e que, como simples executores das vontades do magistrado temporal, tenhamos que golpear quando ele ordena e cessar quando ele comanda, e que sejamos privados da principal chave daquelas que Nosso Senhor nos deu, que é a do julgamento, do discernimento e da ciência no uso de nossa espada!

Sua atitude de súdito obediente do duque de Saboia era acompanhada de um senso esclarecido de seus próprios direitos. Ele sempre se considerou príncipe de

Genebra, ou seja, soberano temporal legítimo da cidade da qual Calvino e o partido huguenote haviam tomado o controle. Em dezembro de 1601, a pedido de Dom de Granier, ele havia redigido um memorial destinado a fornecer as provas históricas disso. O início, mais claro impossível, declarava que o bispo de Genebra é «o único príncipe soberano legítimo de Genebra e de suas dependências, não obstante os senhores duques de Saboia, como sucessores dos condes de Genebra por um lado, e os cidadãos de Genebra por outro, pretendam o contrário».

Enfim, para garantir a paz dos Estados e da Igreja, era melhor não agitar demais certas questões relativas à autoridade da Santa Sé nos assuntos temporais, especialmente no que dizia respeito ao poder do papa de depor os reis. Quando Roberto Belarmino, «esse grande e célebre cardeal», «esse excelentíssimo teólogo», escreveu por ordem do papa que o poder deste se estendia também ao temporal dos reis, Francisco de Sales não ficou contente e escreveu a um de seus amigos de tendências galicanas:

Não, nem mesmo gostei de certos escritos de um santo e excelentíssimo prelado, nos quais ele tocou no poder indireto do papa sobre os príncipes; não que eu tenha julgado se isso é ou não é, mas porque nesta era em que temos tantos inimigos externos, creio que não devemos mover nada dentro do corpo da Igreja.

Cidadão do mundo

A educação do bom cidadão em uma visão humanista não pode se limitar à pequena pátria e uma de suas tarefas consiste em cultivar o senso do universal. O conhecimento dos outros povos do mundo era facilitado pelo estabelecimento dos primeiros mapas geográficos:

Aqueles que em quatro ou cinco folhas de papel mostram Roma, Paris, Viena e as maiores cidades da França, marcam com pequenos pontos qual é a grandeza e a situação dos lugares, embora isso não seja nada em comparação com o que é; mas aqueles que entendem e conhecem a geografia entendem por aí o que é Paris, Roma, Viena e outras.

Amar seu país não autoriza o desprezo pelos outros. O autor da *Introdução* adverte contra um hábito em que «cada um se dá a liberdade de julgar e censurar os príncipes e de falar mal de nações inteiras, segundo a diversidade das afeições que se tem por elas». Segundo um de seus íntimos, o bispo de Genebra «tinha horror a toda difamação e não aprovava nem mesmo que se fizesse alusão a esses vícios que os autores costumam atribuir a certas nações».

O cristão, sobretudo, é aberto por princípio ao mundo inteiro: se eu quero apenas a vontade de Deus, exclamava ele, «que me importa que me enviem à Espanha ou à Irlanda? E se eu busco apenas sua cruz, por que me aborrecerá que me enviem às Índias, às terras novas ou às velhas, já que tenho certeza de que a encontrarei em toda parte?»

Uma maneira concreta de se abrir ao universal é o aprendizado de línguas. Ele admirava Mitrídates, rei do Ponto, que, segundo Plínio, «sabia vinte e duas línguas». Em sua oração fúnebre do duque de Mercœur, ele louvava esse grande personagem porque ele «tinha também o uso da eloquência e a graça de bem expressar suas belas concepções, não somente nesta nossa língua francesa, mas também em alemã, italiana e espanhola»; à frente de suas tropas, ele sabia «falar a cada um em sua própria língua, francês, alemão, italiano».

Sua abertura ao universal se fará sentir cada vez mais à medida que avançar em idade e experiência. Perto do fim de sua vida, para mostrar sua perfeita indiferença diante das viagens e missões que o esperavam fora da Saboia, ele escreverá esta declaração significativa: «Não sou mais deste país, mas do mundo».